

## **Florestan Fernandes em diálogo com os teóricos comunistas dos anos 50 e 60**

Paulo Winícius Teixeira de Paula

(Doutorando em História Econômica na Universidade de São Paulo)

André Rodrigues Iusif Dainez

(Doutorando em História Econômica na Universidade de São Paulo)

A presente contribuição e reflexão surgiu a partir de diálogos e textos da Disciplina de Sistema Colonial e Economia Açucareira no programa de Doutorado em História Econômica da Universidade de São Paulo, no ano de 2023, ministrada pela Professora Dra. Vera Lucia Amaral Ferlini e de afinidades de projetos de pesquisa e investigações acerca da formação social brasileira. Nessas ocasiões nos foi possível aprofundar debates clássicos da Historiografia no que diz respeito à formação social brasileira e às visões sobre seus elementos fundantes.

Em especial há um enfoque dialógico com pesquisas e autores que abordam a atuação e teses do Partido Comunista Brasileiro (PCB) nos anos 50 e 60, sobre temas da formação social brasileira, bem como sobre as contribuições do sociólogo Florestan Fernandes no texto “Circuito Fechado”, no Capítulo “A Sociedade Escravista no Brasil”. Essa resenha pretende destacar alguns elementos da discussão sobre a dinâmica objetiva do processo histórico nacional, a qual trazemos aqui algumas questões que o PCB debatia em suas resoluções, e através de seus intelectuais, e que Florestan tem significantes contribuições.

O PCB, foi muito influenciado pelas resoluções da III Internacional Comunista para os países sul-americanos, do ano de 1928, e que diziam

*“Nesses países a luta fundamental é contra o feudalismo e contra as formas pré-capitalistas de produção, em que*

*constituem objetivos consequentes a luta pelo desenvolvimento agrário, a luta anti-imperialista e a luta pela Independência Nacional. Sendo assim, a luta pelo socialismo somente será viável mediante uma série de etapas preparatórias e como resultado de um grande período de transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista (Programa da Internacional Comunista, 1977, p.286)*

O PCB ao validar tais teses no Brasil enxergava a presença do latifúndio feudal na conformação econômica brasileira e a existência de um capitalismo incompleto. Nesse momento o PCB se destaca como referência teórica através dos intelectuais ligados ao partido, os principais sendo: Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré, defensores dessa chamada perspectiva consagrada. Mas, também contava em seus quadros com o intelectual Caio Prado Junior, que tematizou e polemizou tais questões em outra perspectiva.

No período que engloba o final dos anos 50 e a primeira metade dos anos 60, estabelecia-se no Brasil, um debate político-econômico efervescente, onde vários setores da sociedade opinavam sobre o projeto de transforma o, moderniza o e desenvolvimento a ser efetuado no país. Para além de um debate teórico e acad mico haviam implica es políticas para o PCB decorrentes das concep es teóricas que reivindicavam um capitalismo incompleto no Brasil, pois tal leitura exigiria uma revolu o antifeudal, e como principal medida modernizante a reforma agrária. Por outro lado, as teorias que advogavam um capitalismo completo, ou maduro, com uma consequente proletariza o do trabalhador do campo, teria como prioridade política a sindicaliza o dos trabalhadores do campo, e a luta, tática central, seria por melhores condi es de trabalho e já a estratégia seria uma revolu o socialista.

Florestan Fernandes em seu texto “Circuito Fechado”, publicado no ano de 1976, se dedica a pensar as particularidades do desenvolvimento do Capitalismo no Brasil. O autor enfoca o papel central da Escravidão para a consolida o do que ele chama de “ordem social competitiva”. As duas chaves de interpreta o de Fernandes (1977) se d o através da Economia e da Política. De um lado analisa as fun es

econômicas da Escravidão e suas alterações através da História e de outro avalia temporalmente como se estabelece e desenvolve o sistema social de poder, a política e as funções sociais no sistema escravista brasileiro. Seria então a Escravidão o eixo econômico do antigo sistema colonial e a Propriedade da Terra, as sesmarias, o eixo político e social do antigo sistema, este representado pelo Patrimonialismo em uma sociedade alicerçada em estamentos. É possível dizer que a primeira grande contribuição desse texto é em relação ao método de estudo, análise e pesquisa, a articulação dialética entre “estrutura” e “superestrutura”, da necessidade de se interpretar o microcosmo e o macrocosmo social, as bases econômicas e políticas.

O autor já inicia trazendo uma análise mais complexa sobre o papel de “Periferia” que o Brasil ocupava, não como uma “periferia” apartada do centro metropolitano, mas incorporada institucionalmente ao espaço econômico português, e, logo, aos centros econômicos aos quais os lusitanos estavam subordinados, como Inglaterra e Espanha, em diferentes momentos históricos. A forma de ocupação territorial e desenvolvimento econômico, alicerçada no trabalho escravo, no tráfico e comércio de seres humanos do continente africano como mercadoria, se dá então para atender às necessidades de lucro da Coroa e do Capital Mercantil. Nesse ponto o autor faz uma importante distinção da escravidão nas sociedades antigas, pré-capitalistas, e a escravidão mercantil em um momento de desenvolvimento das bases do capitalismo na Europa e seus sistemas de colonização.

Florestan Fernandes nos traz contribuições fulcrais para compreendermos o que a escravidão representava para a emergência, consolidação e a irradiação do que era capitalista e moderno no Brasil. Fernandes (1977) faz um recorte de três períodos, fases socioeconômicas do escravismo. Aborda um primeiro ciclo de controle direto da Coroa Portuguesa, um segundo momento de transição Neocolonial (1822 a 1860), marcada pela movimentação do excedente econômico e uma economia urbano-comercial e de modernização institucional, e um terceiro período de emergência e expansão de um Capitalismo Dependente, a partir de 1860 em uma economia agora já urbano-industrial.

Entre as teses principais sustentadas por Fernandes (1977) está a de que o Estado nacional brasileiro era um Estado Senhorial e que há uma reintegração da ordem escravocrata e senhorial no Império. A ordem social competitiva surgiria então a partir da acumulação originária da própria ordem escravocrata, bem como em relação com

suas estruturas sociais. Para desenvolver suas ideias centrais Florestan Fernandes avança em dois eixos: a evolução da produção escravista por um lado e a evolução da estratificação social por outro. A abordagem se propõe a entender a economia e a política e o fato de que em um primeiro momento a Colônia estava institucionalmente incorporada ao espaço econômico da Metrópole e aos Centros Econômicos que a Metrópole estava subordinada, portanto o senhor de escravos realiza o circuito do capital mercantil. O autor coloca como central a categoria de “Apropriação”, pois o senhor de escravos se apropria do que o escravo produz e de seu trabalho e o capital mercantil se apropria do excedente.

A escravidão mercantil seria a base da revitalização da grande lavoura e também o fator de crescimento do capital nas cidades, enquanto o povoamento resultava da necessidade de produzir o butim. Sobre a infraestrutura interna há um investimento mínimo para dar vazão às operações mercantis no Brasil Colônia e a chegada do

*Foi o Ciclo de Mineração que produziu os efeitos de encadeamento que, de um lado suscitaram uma expansão da economia de plantação “para o sul”, e, de outro, puseram o escravo no âmago de uma “revolução econômica dentro da ordem”. A Mineração incorpora uma vasta área do território colonial aos setores produtivos da Colônia, provocando a expansão de trocas, produção e circulação de riquezas...” (FERNANDES, 1977, pp.24).*

Com o esgotamento do período minerador a solução encontrada para utilização do escravo adquirido foi incorporar novas fronteiras e um “novo gênero colonial” tendo como resultado o crescimento da economia de plantação. A chegada da Família real, ao contrário de trazer ventos de mudança fizeram foi reforçar uma política ultraconservadora e dar continuidade ao tráfico africano, com uma política de tolerância e agora levando os escravos da atividade mineradora para fronteira agrícola.

O Estado Nação inaugurado em 1822 mantém intactas as estruturas econômicas e sociais da Economia de Plantação, portanto essa nova estrutura política e social se assenta na escravidão mercantil. A ordem social escravocrata atinge seu ápice após a Independência. Como consequências econômicas do desaparecimento da apropriação colonial, com a independência do Brasil, o que ocorre é o desaparecimento da sobreposição de apropriações de excedente (apropriação externa e interna). Os beneficiários disso são do setor senhorial que mantém os “negócios negreiros”, em síntese, ocorre então a acumulação de capital mercantil dentro do país e é dinamizada a economia interna. Somente entre 1860 e 1889 ocorre a crise irreversível do sistema escravista, momento em que a escravidão já se faz um entrave ao desenvolvimento capitalista no Brasil. Agora a acumulação mercantil gerada pela escravidão estava a serviço da revolução burguesa.

Florestan ao abordar outro aspecto que define como central, a questão superestrutural, as relações políticas e institucionais, irá eleger como elementos históricos fundamentais os que dizem respeito ao fato de que os portugueses transplantaram a ordem social de 1500 para a Colônia, mas essa ordem não era para todos, circunscrevia-se aos proprietários de terra. Florestan (1977) irá então abordar as funções do Patrimonialismo nas relações da Coroa com os Vassallos e no processo de Colonização (Sesmarias-Propriedade da terra que garantiria o Patrimonialismo) e também os efeitos da escravidão sobre a sociedade estamental, afirmando que havia uma variedade de formas de dominação que atingiam tanto um microcosmo social como o macrocosmo social, e por isso a ordem Escravocrata para ser destruída, só se daria, como se deu, por ações realizadas para destruí-la por dentro e por fora.

Já para o PCB, em suas leituras sobre a formação social brasileira, a existência de formas pré-capitalistas de trabalho, como o trabalho escravo, e seus correspondentes superestruturais, seriam historicamente entraves ao desenvolvimento capitalista. Porém Florestan em seu texto demonstra justamente o contrário. O autor aponta que inicialmente toda a riqueza produzida no Brasil é transferida em grande medida para a Coroa e o Mercado Internacional, fazendo então parte do processo de acumulação primitiva de capital e desenvolvimento do capitalismo a nível global, e, posteriormente, após a Independência do Brasil, evidencia que a acumulação de capital mercantil é que irá financiar o desenvolvimento capitalista interno, expresso através do aumento da

infraestrutura econômica, modernização urbana, avanço da industrialização, concomitante à expansão da grande lavoura e posteriormente do trabalho livre.

Nas análises pecebistas para justificar a existência de um Feudalismo no Brasil, e depois a permanência de entraves feudais ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, aparece como justificativa a transposição do sistema feudal da Metrópole para Colônia, a transplantação das bases político-jurídico-institucionais aristocráticas, ou o que Florestan chama de “tentativa de estabelecer a “sociedade feudal” sobre a escravidão mercantil” (p.30). Fernandes (1977) reconhece que houve a constituição de uma ordem societária estamental no Brasil, mas que isso nunca foi entrave ao sentido capitalista da economia de plantação, pelo contrário estava a serviço e era necessária a uma sociedade integrada a uma lógica mercantil, voltada para a mercantilização de escravos e expansão da grande lavoura.

Uma “Sociedade de Privilégios” assentada naqueles que detinham Sesmarias outorgadas pela Coroa, segundo Florestan, foi o que possibilitou que o Colonizador, então na condição de vassalo do Rei, operacionalizasse uma economia de plantação, garantindo a presença e os lucros do império português na Colônia, bem como a defesa militar do território. Para o autor “... a propriedade da terra – e não a escravidão – que condicionou a persistência e o fortalecimento do patrimonialismo” (FERNANDES, 1977, pp.35).

Outra contribuição importante para essa reflexão, é sobre o que Florestan chama de “período de transição neocolonial”, que compreenderia o processo de dinamização da exploração da Colônia com a vinda da Família Real e a Abertura dos Portos e o período Pós-independência. O modo de produção escravista, que o PCB enxergava historicamente em suas teses como “atraso” ou “entrave” a uma consolidação do Capitalismo, ou à efetivação de uma revolução burguesa, na verdade, para Fernandes (1977), cumpriu o papel interno de acumulação originária, primitiva, de capital. Essa acumulação primitiva interna vai então sendo substituída pela acumulação de capital especificamente capitalista após a abolição da escravatura.

Se para o PCB nos anos 60 (tal qual se percebe nas resoluções do V Congresso do partido em 1960) o capitalismo ainda não está completo, para Florestan já desde 1880 com a vinda de imigrantes a formação brasileira estará influenciada decisivamente por “ritmos históricos vinculados ao trabalho livre e sua exploração”, portanto bem

distante de qualquer peso decisivo de estruturas feudais, estaria então desde esse momento, em curso uma Revolução Burguesa, mas pelo alto, e sem participação ou qualquer pretensão de ruptura com o Capital internacional ou com a burguesia nativa ou estrangeira.

Para melhor compreendermos o debate colocado sobre a semelhança ou não, ou mesmo transposição, do modo de produção europeu para o Brasil é preciso identificar e interpretar as categorias de análise em que se fundamentam os autores para a compreensão da formação colonial brasileira e suas implicações para o desenvolvimento e limitações de nossa estrutura econômica política e social.

Para Marx o que caracteriza um sistema como Capitalista é a subordinação da força de trabalho ao capital, o que é dado pela capacidade em movimento deste capital de obter mais-valia pelo aumento da produtividade técnica do trabalho, onde o trabalhador deve estar destituído totalmente da posse dos meios de produção e de vínculos pessoais.

*O produtor direto, o trabalhador, somente pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser servo ou dependente de outra pessoa. Para tornar-se livre vendedor de força de trabalho, que leva a sua mercadoria a qualquer lugar onde houver mercado para ela, ele precisava ainda ter escapado do domínio das corporações, de seus regulamentos para aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Assim, o movimento histórico, que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da História. Por outro lado, porém, esses recém libertos só se tornam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubadas. E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (MARX, 1985, p.262)*

Outra questão que nos ajuda nesta definição é a relação econômico-social entre os produtores e os proprietários dos meios de produção:

*A forma salário extingue, portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais trabalho, em trabalho pago e trabalho não pago. Todo o trabalho aparece como trabalho pago. Na corvéia distinguem-se espacial e temporalmente, de modo perceptível para os sentidos, o trabalho do servo para si mesmo e seu trabalho forçado para o senhor da terra. No trabalho escravo, a parte da jornada de trabalho em que o escravo apenas repõe o valor de seus próprios meios de subsistência, em que, portanto, realmente só trabalha para si mesmo, aparece como trabalho para seu dono. Todo seu trabalho aparece como trabalho não pago. No trabalho assalariado, ao contrário, mesmo o mais trabalho ou trabalho não pago aparece como trabalho pago. Ali a relação de propriedade oculta o trabalho escravo para si mesmo; aqui a relação de dinheiro oculta o trabalho gratuito do assalariado. (MARX, 1985 v.2, p.130)*

A maneira como se apresenta a exploração do trabalho, e a detenção dos meios de produção, são itens fundamentais na análise sobre quais os modos de produção se desenvolveram no Brasil desde sua colonização, e as diferentes correntes do pensamento marxista brasileiro irão se apoiar nestas bases para sustentar seus argumentos.

É necessário nos remeter - já que falamos de autores que reivindicam o marxismo como base estrutural de seus trabalhos - às referências de Marx acerca das definições também dos Modos de Produção Feudal e Escravista, para termos o suporte necessário para a compreensão das categorias que iriam ser utilizadas pelos intelectuais ligados ao PCB nos anos 50 e 60.

*Sobre a economia escravista propriamente dita (que também percorre uma escala, que vai desde a escravidão patriarcal, preponderantemente para uso próprio, até o sistema de plantações propriamente dito, que trabalha para o mercado mundial) (...) não precisamos entrar em detalhes aqui. Proprietários de terra e proprietários de instrumentos de produção coincidem (...). Onde predomina uma visão capitalista, como nas plantações norte-americanas, toda essa*



*mais-valia é compreendida como lucro; onde não existe nem o próprio modo de produção capitalista nem seu modo correspondente de ver tenha sido transposto de países capitalistas, ela aparece como renda. (MARX, 1985, p.260)*

Assim como na análise marxista, a historiografia brasileira irá fazer referências a dois tipos de escravidão, a Patriarcal, de uso pessoal, e a de Plantações, voltada para o mercado mundial e vinculada à indústria de tabaco e açúcar.

Marx na definição de modos de produção leva em conta a natureza típica do trabalho, a forma da exploração econômica e também as relações sociais. No que diz respeito a Idade Média, sustenta que a dependência pessoal (aspecto tão caro às análises de Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré) caracteriza tanto as condições pessoais de produção material quanto as esferas de vida estruturadas sobre ela.

*A forma econômica específica em que se suga mais trabalho não pago dos produtores diretos determina a relação de dominação e servidão, tal como esta surge diretamente da própria produção e, por sua vez, retroage de forma determinante sobre ela (MARX, 1985, p. 251).*

Destacando a questão da propriedade da terra que será de crucial importância para interpretação do caso brasileiro, define rigidamente o que é o feudalismo e ainda nos fala:

*Está claro [...] que em todas as formas em que o trabalhador direto continua a ser 'dono' dos meios de produção e das condições de trabalho para a produção de seus próprios meios de subsistência [...] Sob essas condições, o mais trabalho só pode ser arrancado deles pelo proprietário nominal da terra mediante coerção extra-econômica, qualquer que seja a forma que essa assuma. Isto se diferencia da economia escravocrata ou de plantações, em que o escravo trabalha em condições de produção alheias e não de forma autônoma. São, portanto, necessárias relações pessoais de dependência, falta de liberdade pessoal, qualquer que seja seu grau, e ao encontrar-*

*se preso à terra como um acessório da mesma, servidão da gleba no sentido autêntico. (MARX, 1985, p 251)*

Para Marx fica claro que para um sistema ser definido como feudal é necessário que os meios de produção estejam vinculados ao setor primário, com grande destaque para a agricultura, e que os trabalhadores estejam em condições de direito de uso e ocupação sobre a terra, porém esta utilização estaria vinculada a uma hierarquia de senhores, que teriam direitos sobre estes trabalhadores através de uma base econômica que corresponde a uma série de laços pessoais que vinculam o servo ao senhor por um sistema de deveres.

A grande polêmica gerada pelas teses do PCB dizem respeito à análise de que o período de exportação de açúcar pode ser enquadrado como um desenvolvimento capitalista, tal qual defende outro intelectual importante, Caio Prado Júnior, ou se, tal qual defendem Sodré e Passos, seria somente uma etapa comercial, não necessariamente definível como capitalista, mas sim como Mercantilismo. Marx reconhece a existência do comércio antecedendo o modo de produção capitalista, assim como também assume que o desenvolvimento do mesmo é condição para o desenvolvimento capitalista. Neste trecho percebemos uma referência à questão da organização comercial:

*Excluindo-se casos em que o comerciante seja monopolista e ao mesmo tempo monopolize a produção, como, em sua época, a Companhia Holandesa das Índias Orientais, nada pode ser mais absurdo do que a concepção corrente de que depende do comerciante se quer vender muita mercadoria com pouco lucro ou pouca mercadoria com muito lucro (Marx, 1985, v.5, p 251)*

Neste momento Marx identifica diferenças entre o capitalismo moderno e o mercantilismo, pois para o autor o capital deve se apropriar da própria produção. Em outros momentos também deixa claro que “não só o comércio, mas também o capital comercial é mais antigo do que o modo de produção capitalista” (Marx, 1985, v.4, p244).

Tais referências são necessárias visto que, é uma explicação demasiadamente simples atribuir repetições de fórmulas soviéticas como sinônimas da produção histórica – nos campos econômico, social e político – dos intelectuais marxistas ligados ao PCB na década de 50 e 60. Sodré e Guimarães se embasaram em preceitos marxistas para justificar uma série de configurações da economia brasileira. O tempo mostrou que os autores se equivocaram quanto ao caráter progressista da burguesia nacional, e uma série de outras avaliações que podem sim ter sofrido influência das teses correntes no movimento Comunista Internacional, mas quanto à interpretação dos modos de produção não-capitalistas e ao caráter burguês das transformações em curso percebemos uma lucidez e aproximação da realidade percorrida.

Talvez as interpretações de Florestan, Sodré, Passos Guimarães, e do PCB, se encontrem quando enxergam que há sim permanências históricas no Século XX de formas de trabalho baseadas na super-exploração e em coação extra econômica, segundo Florestan: “O trabalho escravo desaparece mas deixa atrás de si o trabalho semi-livre, trabalho escravo disfarçado... até nas economias de plantação tidas como modernas” (FERNANDES, 1977, pp.54).

Sodré (1962) percebe também a coexistência de diferentes modos de produção, dentro do país:

*Consideradas tais relações, a sociedade, ao longo do tempo, conheceu diversos regimes de produção: a comunidade primitiva, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo. O estudo do processo histórico da sociedade brasileira, objeto deste livro, mostra não só a vigência, aqui, da descoberta aos nossos dias, de cada um daqueles regimes de produção, salvo o último, sucessivamente, como a sua coexistência ao longo do tempo e ainda hoje – é a contemporaneidade do não coetâneo, um dos casos específicos do caso brasileiro, mas não privativo deste caso. Coexistem no Brasil regimes de produção diferentes, de tal sorte que geram antagonismos por vezes profundos entre regiões do país. Quem*

*percorre o nosso território do litoral para o interior, marcha, no tempo, do presente para o passado, conhece, sucessivamente, formas capitalistas de produção e formas feudais ou semi feudais, e pode mesmo conhecer a comunidade primitiva onde os indígenas conservam o tipo de sociedade peculiar, o mesmo que os colonizadores encontraram no séc. XVI. (p.4)*

Porém o que difere crucialmente as interpretações é que enquanto o PCB e seus principais intelectuais viam isso como impeditivo do desenvolvimento capitalista, Florestan demonstrará que tais “coetaneidades” faziam parte da particularidade do tipo de capitalismo brasileiro e de sua formação social. Por isso Florestan nos dará elementos para pensar porque “o circuito histórico” não se completa, o Brasil não se torna uma plena República, idealizada pelos liberais na Europa, com um funcionamento democrático de suas instituições políticas e econômicas, mas o que se apresenta é a permanência histórica da super-exploração da classe trabalhadora, a marginalização dos afrodescendentes, os acordos pelo alto e a exclusão das classes populares das principais decisões do país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, Florestan. **Circuito Fechado**. 2 a ed. São Paulo: Hucitec, 1977, p. 11-54.

MARX, K. (s/d). **Capítulo VI inédito de O Capital – resultados do processo de produção imediata**. São Paulo, Moraes, s/d.

\_\_\_\_\_ **O Capital – Crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

PRADO Jr. Caio, **A Revolução Brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1966.

RODRIGUES NETTO, Leôncio Martins **PCB: Os Dirigentes e a Organização**. IN: FAUSTO, B. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1977, t.III, v.3

SEGATTO, J.A. **Breve História do PCB**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

XVIII Congresso de História Econômica:

Problemas, Objetos e Métodos

05 e 06/12/2023 – São Paulo, SP

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962.

PPG  
HE

 fflch

 USP